



Documento de Trabalho n.º 90

*Recredenciamento de Universidades: conclusões preliminares
e dilemas regulatórios*

Edson Nunes e Equipe Técnica

Versão atualizada para apresentação no 1º Fórum Brasil de (RE) Credenciamento de Universidades e Centros Universitários, realizado nos dias 23 e 24 de junho de 2010, no Rio de Janeiro.

Apresentado na Conferência Magna da 18ª Assembléia Geral Extraordinária Eletiva da ABRUC realizada no dia 22 de outubro de 2009, no Rio de Janeiro

Texto sujeito a comentários e sugestões.

O Observatório Universitário alia, de forma sistemática, pesquisas acadêmicas, multidisciplinares, com a execução de iniciativas voltadas à solução de problemas práticos inerentes às atividades da educação superior e sua relação com a regulação governamental. A série Documentos de Trabalho tem por objetivo divulgar pesquisas em andamento e colher sugestões e críticas para aperfeiçoamento e desdobramentos futuros.

Observatório Universitário

Autoria

Edson Nunes e Equipe Técnica

Coordenação

Edson Nunes

Paulo Elpídio de Menezes Neto

Equipe Técnica do DT 90

Helena Maria Barroso

Ivanildo Ramos Fernandes

Julia Albrecht

Leonardo Pampanelli

Márcia Marques de Carvalho

Rua da Assembléia, 10/4208 – Centro

20011-901 – Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax.: (21) 3221-9550

e-mail: observatorio@observatoriouniversitario.org.br

<http://www.observatoriouniversitario.org.br>

Sumário

1 – A realidade objetiva das universidades brasileiras: visão descritiva.....	4
1.1– Principais universidades conforme a diversidade de áreas do conhecimento.....	5
1.2 - Principais Universidades Brasileiras à luz de critérios alternativos e, certamente, complementares.	8
1.3 - Universidades Brasileiras frente às características do corpo docente	11
1.4 - Principais Universidades Brasileiras, pelas Avaliações e Rankings oficiais.....	15
1.5 – As principais universidades conforme a proporção entre estudantes de pós-graduação e de graduação, como referencial para a pesquisa institucionalizada	17
1.6 - A diferença entre universidades em perspectiva comparada: alternativas e soluções taxionômicas e regulatórias.	21
2 - Conclusões preliminares, soluções recomendadas e dilemas regulatórios	25
3 – Credenciamento/recredenciamento, entrada/permanência, recomendações/diretrizes ao processo deliberativo do CNE.	29
3.1 - A entrada de universidades no sistema federal de ensino	29
3.2 - O recredenciamento	34

1 – A realidade objetiva das universidades brasileiras: visão descritiva

A universidade brasileira é variada. Do ponto de vista da pós-graduação institucionalizada, universidade é essencialmente um fenômeno do setor público. Noventa por cento de todos os doutorados e de todos os doutoramentos estão no setor público, sendo 58% no Federal e 30 % no Estadual. Apenas 9% estão associados ao setor privado, sendo que, destes, 5% são de responsabilidade das universidades católicas. Apenas 4% se localizam no restante do setor privado.

Essa discrepância entre público e o privado é de tal forma eloqüente, a ponto de justificar uma inspeção numérica mais detalhada. Observe-se, por exemplo, a lista de universidades apresentadas na tabela a seguir. A USP sozinha oferece mais que o dobro de cursos de doutorados do que a universidade seguinte, a UFRJ. O Sistema Estadual Paulista sozinha é responsável por 27% do parque de doutorados brasileiros, embora isso signifique 40% dos titulados nesse nível de estudos.

Tabela 1. As 50 principais Universidades ordenadas por nº de cursos de Doutorado

Nº	NOME IES	Nº DE CURSOS		TITULADOS		ÁREAS DO CONHECIMENTO ABORDADAS NO DOUTORADO
		DOUTORADO	MESTRADO	DOUTORADO	MESTRADO	
1	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	212	219	2251	3232	38
2	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	83	109	698	1374	26
3	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	74	91	717	1441	33
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	64	78	510	1209	36
5	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	60	66	803	1161	29
6	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	58	67	448	1206	34
7	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	49	66	235	852	27
8	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	45	63	218	701	26
9	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	41	62	285	986	26
10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	38	44	236	342	5
11	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	36	55	193	688	22
12	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	34	55	176	635	24
13	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	30	55	144	625	20
14	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	28	48	140	565	19
15	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	24	46	176	532	17
16	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CAT. DO RIO DE JANEIRO	22	29	146	460	17
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	21	31	174	347	14
18	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	20	43	121	407	17
19	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	19	41	53	471	13
20	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	19	34	172	390	7
21	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	18	26	318	1000	12
22	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	17	19	87	199	5
23	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CAT. DO RIO GR. DO SUL	17	25	153	484	14
24	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	16	35	76	410	10
25	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	14	36	87	395	13
26	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	13	35	61	402	12
27	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	13	26	55	384	10
28	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	13	26	85	374	11
29	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	12	25	65	148	8
30	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	10	16	31	181	7
31	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	10	19	48	176	4
32	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	10	16	60	146	8

33	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	10	18	32	218	10
34	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO N. FLU DARCY RIBEIRO	9	13	40	144	7
35	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	9	22	3	164	8
36	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	9	36	26	305	6
37	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	8	31	18	188	7
38	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	8	14	7	270	8
39	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	8	14	44	274	8
40	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	7	10	6	207	6
41	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	7	14	6	115	6
42	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	6	18	11	104	6
43	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	6	18	18	260	6
44	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	5	16	6	110	3
45	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FED DE M. GROSSO DO SUL	4	18	1	143	4
46	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	4	10	2	162	4
47	UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	4	9	15	117	3
48	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	3	21	0	214	3
49	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	3	20	17	109	3
50	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	3	16	4	192	3

A USP sozinha, ou para este efeito, também a UFRJ sozinha, oferece mais cursos de doutorado e apresenta maior número egressos de doutoramento do que todo o sistema privado brasileiro, excetuadas as PUCs. A título de exemplo, observemos que existem no Brasil [referência à coleta CAPES 2008], 1.325 cursos de doutorado, do qual saíram 9.488 titulados. O setor privado como um todo ofereceu 126 cursos de doutorado e titulou 804 pessoas, sendo que as PUCs ofereceram 72 cursos e titularam 655 pessoas. Ou seja, o setor privado todo, exceto as PUCs, foi responsável por 52 cursos e 149 doutores. A USP sozinha ofereceu, no mesmo período, 212 cursos de doutorado e formou 2.251 doutores. A UFRJ ofereceu 74 cursos de doutorado e formou 1.441 pessoas. Sem nenhuma dúvida, há significativas diferenças entre o setor público e o privado, sendo natural, se pudéssemos chegar a isto, que o CNE discutisse formas pelas quais o aparato regulatório poderia ou deveria tratar estas diferenças essenciais e objetivas.

1.1- Principais universidades conforme a diversidade de áreas do conhecimento

Mas, se observadas pelo ângulo da diversidade de áreas de conhecimento ofertadas na pós-graduação, medidas pelas 40 áreas registradas pela CAPES, de novo, excetuadas as PUCs, veremos que nenhuma universidade privada se aproxima de uma idéia de “universalidade de campo”. A universidade privada mais bem colocada, de acordo com o quadro acima, seria a Mackenzie, com seis áreas, em contraste com a USP, UFRGS, UFMG, UFRJ, com mais de 30. A tabela abaixo registra a concentração das 50 (cinquenta) principais Universidades com respeito às áreas de concentração da CAPES:

Tabela 2. As 50 principais Universidades com pesquisa institucionalizada, segundo a diversidade dos cursos de doutorado

	Sigla	Nome IES	Categoria Administrativa	% das áreas de conhecimento do doutorado	Nº de cursos		Áreas de Conhec.		Titulados	
					Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado
1	USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	Pública Estadual	95,00%	212	219	38	38	2251	3232
2	UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Pública Federal	90,00%	64	78	36	37	510	1209

3	UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	Pública Federal	85,00%	58	67	34	37	448	1206
4	UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Pública Federal	82,50%	74	91	33	36	717	1441
6	UFBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	Pública Federal	60,00%	34	55	24	32	176	635
7	UFPR	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	Pública Federal	55,00%	36	55	22	32	193	688
8	UFC	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	Pública Federal	50,00%	30	55	20	30	144	625
9	UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Pública Federal	47,50%	28	48	19	27	140	565
10	UERJ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Pública Estadual	42,50%	24	46	17	26	176	532
11	PUC-RIO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	Privada - Confessional - Filantrópica	42,50%	22	29	17	19	146	460
12	UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Pública Federal	42,50%	20	43	17	33	121	407
13	UFSCAR	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	Pública Federal	35,00%	21	31	14	21	174	347
14	PUC/RS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	Privada - Filantrópica	35,00%	17	25	14	4	153	484
15	UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	Pública Federal	32,50%	19	41	13	28	53	471
16	UFPB	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	Pública Federal	32,50%	14	36	13	29	87	395
17	PUC/SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	Privada - Confessional - Filantrópica	30,00%	18	26	12	16	318	1000
18	UFG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	Pública Federal	30,00%	13	35	12	26	61	402
19	UEM	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	Pública Estadual	27,50%	13	26	11	22	85	374
20	UFSM	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	Pública Federal	25,00%	16	35	10	25	76	410
21	UFU	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	Pública Federal	25,00%	13	26	10	21	55	384
22	UNISINOS	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	Privada - Filantrópica	25,00%	10	18	10	16	32	218
23	UFPEL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Pública Federal	20,00%	12	25	8	18	65	148
24	UFRRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Pública Federal	20,00%	10	16	8	11	60	146
25	UFJF	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	Pública Federal	20,00%	9	22	8	20	3	164
26	PUC/PR	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	Privada - Comunitária - Confessional - Filantrópica	20,00%	8	14	8	18	7	270

27	UEL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	Pública Estadual	20,00%	8	14	8	11	44	274
28	UFV	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	Pública Federal	17,50%	19	34	7	16	172	390
29	UFCG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	Pública Federal	17,50%	10	16	7	12	31	181
30	UENF	UNIVERSIDADE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	Pública Estadual	17,50%	9	13	7	8	40	144
31	UFAM	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	Pública Federal	17,50%	8	31	7	22	18	188
32	UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Pública Federal	15,00%	9	36	6	25	26	305
33	UPM/MACKENZIE	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	Privada - Filantrópica	15,00%	7	10	6	8	6	207
34	FURG	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Pública Federal	15,00%	7	14	6	11	6	115
35	FUFSE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	Pública Federal	15,00%	6	18	6	16	11	104
36	PUC/MG	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	Privada - Comunitária - Confessional - Filantrópica	15,00%	6	18	6	15	18	260
37	UNIFESP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	Pública Federal	12,50%	38	44	5	7	236	342
38	UFLA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	Pública Federal	12,50%	17	19	5	6	87	199
39	UFRPE	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	Pública Federal	10,00%	10	19	4	10	48	176
40	UFMS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Pública Federal	10,00%	4	18	4	13	1	143
41	UCB	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	Privada - Confessional - Filantrópica	10,00%	4	10	4	8	2	162
42	UFOP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	Pública Federal	7,50%	5	16	3	9	6	110
43	UNIRIO	UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	Pública Federal	7,50%	4	9	3	8	15	117
44	UCGO	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	Privada - Comunitária - Confessional - Filantrópica	7,50%	3	14	3	12	0	113
45	UFMT	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	Pública Federal	7,50%	3	21	3	17	0	214
46	UECE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	Pública Estadual	7,50%	3	16	3	13	4	192
47	UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	Pública Federal	7,50%	3	20	3	17	17	109

48	UFMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	Pública Federal	7,50%	3	13	3	11	9	127
49	UDESC	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	Pública Estadual	7,50%	3	14	3	10	0	124
50	UFABS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	Pública Federal	5,00%	3	6	2	5	0	0

1.2 - Principais Universidades Brasileiras à luz de critérios alternativos e, certamente, complementares.

Se aplicássemos ao parque universitário brasileiro a lógica classificatória da Carnegie Mellon Foundation¹, como o fez o Observatório Universitário², chegaríamos ao seguinte resultado:

Tabela 3 . Classificação das universidades segundo o critério da Carnegie Foundation

Categoria	Critério	Universidades		
		Nº	%	%
Universidade de Pesquisa	50 ou mais doutoramento por ano	30	16,4%	16,4%
Universidade Doutoral I	40 ou mais doutoramentos por ano em 5 ou mais áreas de conhecimento	2	1,1%	6,0%
Universidade Doutoral II	10 ou mais doutoramentos por ano em 3 ou mais áreas de conhecimento	9	4,9%	
Universidade de Mestrado I	40 ou mais mestres por ano em 3 ou mais áreas de conhecimento	44	24,0%	43,7%
Universidade de Mestrado II	Pelo menos 20 títulos de mestrado em uma ou mais disciplinas	36	19,7%	
Outra (Faculdades, Inst.Esp)	De 1 a 20 títulos de mestrado	24	13,1%	
	Possui mestrado, titulou ninguém	19	10,4%	33,9%
	Não possui mestrado	19	10,4%	
Total		183	100,0%	100,0%

Fonte: Capes. Cursos avaliados em 2007 e reconhecidos em 2008. Tabulação do Observatório Universitário.

Em tentativa de classificar as IES brasileiras, em exercício inspirado pela tradição da Fundação Carnegie, o Prof. João Steiner³ do Instituto de Estudos Avançados da USP, separou as instituições nacionais em 3 categorias distintas, cada uma com 4 subitens. Vale ressaltar que os estudos do autor consideram todas as IES brasileiras, sejam elas universidades, centros universitários ou faculdades. A lista abaixo aponta as categorias definidas pelo autor.

(1) Universidades de pesquisa e doutorado: oferecem tipicamente uma ampla gama de programas de bacharelado e estão comprometidas com o ensino de pós-graduação até o doutorado.

¹ Os critérios utilizados para a classificação apresentada, baseiam-se naqueles propostos pela Carnegie Foundation no ano de 2000. A classificação atual, de 2005 considera dados extremamente complexos. Segundo o portal da Fundação, a classificação básica de 2000 foi substituída por: "a set of multiple, parallel classifications" que consideram não só dados da instituição como também, o perfil dos alunos, do corpo docente, "community engagement" dentre outros. Informações extraídas de: www.carnegiefoundation.org acesso em 24/09/2009.

² Este e outros exercícios classificatórios foram realizados pelo Observatório Universitário em documento intitulado: "A Singularidade Brasileira: Ensino Superior Privado e Dilemas Estratégicos da Política Pública". Este trabalho foi apresentado em seminário intitulado: "Os BRICs e o ensino superior", realizado pela UFMG em conjunto com a Stanford University, em agosto de 2009. O trabalho também foi apresentado no FÓRUM DE REITORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em 19 de agosto de 2009.

³ Para mais ver: STEINER, João E. "Brazilian Research Universities". Em: Altbach, G. Philip; Balán Jorge. **World Class Worldwide - Transforming Research Universities in Asia and Latin America**. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2007.

-Universidades de Pesquisa e Doutorado Diversificadas (DrDiv), que oferecem pelo menos 25 programas de doutorado em pelo menos seis grandes áreas do conhecimento e formaram pelo menos 150 doutores/ ano no período considerado.

-Universidades de Pesquisa e Doutorado Intermediárias (DrInt), que oferecem pelo menos dez programas de doutorado em pelo menos duas grandes áreas do conhecimento e formaram pelo menos cinquenta doutores/ ano no período considerado.

-Universidades de Pesquisa e Doutorado Restritas (DrRes), que formaram pelo menos dez doutores/ ano em pelo menos três programas ou formaram pelo menos vinte doutores/ ano no total.

-Instituições de Pesquisa e de doutorado Especializadas (DrEsp), que oferecem programas de doutorado, mas oferecem diplomas de graduação em uma única área do conhecimento ou não oferecem graduação e formaram pelo menos vinte doutores/ ano no período considerado.

(2) Universidades de mestrado: oferecem tipicamente uma ampla gama de programas de bacharelado e estão comprometidas com o ensino de pós-graduação até o mestrado.

-Universidades de Mestrado Diversificadas (MsDiv), que oferecem pelo menos cinco programas de mestrado e formaram pelo menos 75 mestres/ ano no período considerado.

-Universidades de Mestrado Intermediárias (MsInt), que oferecem pelo menos três programas de mestrado e formaram pelo menos quarenta mestres/ ano no período considerado.

-Universidades de Mestrado Restritas (MsRes), que formaram pelo menos vinte mestres/ ano no período considerado.

-Instituições Especializadas (MsEsp), que oferecem programas de mestrado, mas oferecem diplomas em um único campo do conhecimento. Formaram pelo menos vinte mestres/ ano no período considerado.

(3) Instituições de graduação: oferecem ensino de graduação.

-GrDiv – Instituições de Graduação Diversificadas (GrDiv), instituições com mais de mil concluintes por ano em pelo menos vinte cursos.

-Instituições de Graduação Intermediárias (GrInt), instituições com um número anual mínimo de concluintes de quinhentos em pelo menos dez cursos.

-Instituições de Graduação Restritas (GrRes), instituições com menos de quinhentos concluintes por ano.

-Instituições de Graduação Especializadas (GrEsp), instituições que oferecem diploma em um único campo do conhecimento.

Partindo desta classificação, João Steiner chegou aos seguintes resultados: 45 universidades de pesquisa e doutorado, 73 de mestrado e 1554 instituições de graduação⁴, a tabela abaixo detalha ainda mais os dados:

⁴ Dados extraídos de: Steiner, João E. *Diferenciação e Classificação das Instituições de Ensino Superior no Brasil*. 2003. Texto disponível em: www.iea.us.br/observatorios/educacao.

Tabela 4. Classificação das IES brasileiras segundo João Steiner, 2003

	Pública	Comunitárias, Confes., Filant.	Privada	Total
Pesquisa e doutorado	36	9	0	45
Mestrado	31	27	15	73
Graduação	142	292	1120	1554
Total	179	328	1135	1642

O Observatório Universitário, a partir de critérios semelhantes, tanto aos de propostos por J. Steiner quanto àqueles da Carnegie Foundation, chegou aos seguintes resultados, dependendo da variável escolhida como ponto de corte:

Tabela 5. Classificação das Universidades 2008, segundo conceito 5, 6 ou 7, na Capes

CLASSIFICAÇÃO	TIPO	CRITÉRIO	UNIVERSIDADES		
			Nº	%	% GRUPO
Universidades com pesquisa institucionalizada	A	Com pelo menos 40 cursos de doutorado com conceito 5, 6 ou 7	6	3,3	6,0
	B	De 19 até 39 cursos de doutorado com conceito 5, 6 ou 7	5	2,7	
Universidades em processo de institucionalização	A	Até 18 cursos de doutorado com conceito 5, 6 ou 7	50	27,3	53,6
	B	Com curso de doutorado com conceito 3 ou 4	48	26,2	
Universidades sem pesquisa institucionalizada	A	Sem doutorado, com mestrado	55	30,1	40,4
	B	Sem mestrado e nem doutorado	19	10,4	
Total			183	100,0	100,0

Fonte: Capes. Cursos avaliados em 2007 e reconhecidos em 2008. Tabulação do Observatório Universitário.

Tabela 6. Classificação das Universidades 2008, segundo conceito 6 ou 7, na Capes

CLASSIFICAÇÃO	TIPO	CRITÉRIO	UNIVERSIDADES		
			Nº	%	% GRUPO
Universidades com pesquisa institucionalizada	A	Com pelo menos 29 cursos de doutorado com conceito 6 ou 7	2	1,1	2,7
	B	De 15 até 28 cursos de doutorado com conceito 6 ou 7	3	1,6	
Universidades em processo de institucionalização	A	Até 14 cursos de doutorado com conceito 6 ou 7	27	14,8	56,8
	B	Com curso de doutorado com conceito até 5	77	42,1	
Universidades sem pesquisa institucionalizada	A	Sem doutorado, com mestrado	55	30,1	40,4
	B	Sem mestrado e nem doutorado	19	10,4	
Total			183	100,0	100,0

Fonte: Capes. Cursos avaliados em 2007 e reconhecidos em 2008. Tabulação do Observatório Universitário.

Tabela 7. Classificação das Universidades segundo área de conhecimento

CLASSIFICAÇÃO	TIPO	CRITÉRIO	UNIVERSIDADES		
			Nº	%	% GRUPO
Universidades com pesquisa institucionalizada	A	Com pelo menos 82% das áreas de conhecimento	4	2,2	8,7
	B	De 42% até 81% das áreas de conhecimento	12	6,6	
Universidades em processo de institucionalização	A	De 25% até 41% das áreas de conhecimento	10	5,5	50,8
	B	Até 20% das áreas de conhecimento	83	45,4	
Universidades sem pesquisa institucionalizada	A	Sem doutorado, com mestrado	55	30,1	40,4
	B	Sem mestrado e nem doutorado	19	10,4	

Total		183	100,0	100,0
-------	--	-----	-------	-------

Fonte: Capes. Cursos avaliados em 2007 e reconhecidos em 2008. Tabulação do Observatório Universitário

Tabela 8. Em cortes de 30 universidades, segundo o n° de doutores em tempo integral

CATEGORIA	CRITÉRIO	VARIÇÃO NO N° DE CURSOS	UNIVERSIDADES	
			N°	%
1	As 30 maiores Universidades em termos de % docentes tempo integral	91% a 100%	30	16,4%
2	O segundo bloco das 30 universidades com maior % docentes TI	81% a 91%	32	17,5%
3	O terceiro bloco das 30 universidades com maior % docentes TI	46% a 81%	28	15,3%
4	O quarto bloco das 30 universidades com maior % docentes TI	34% a 42%	30	16,4%
5	O quinto bloco das 30 universidades com maior % docentes TI	26% a 33%	30	16,4%
6	O sexto e último bloco de universidades	Menos de 25%	33	18,0%
	Total		183	100,0%

Fonte: Capes. Cursos avaliados em 2007 e reconhecidos em 2008. Tabulação do Observatório Universitário.

1.3 - Universidades Brasileiras frente às características do corpo docente

Relevante maneira adicional de se observar o grau de institucionalização de uma IES universitária e, portanto, de sua atividade de pesquisa, é retratada pelas características e estrutura de seu corpo docente. De fato há pesquisadores em tempo integral? Com mestrado e/ou doutorado? Observe-se abaixo a simples estrutura numérica da profissão docente no Brasil. As tabelas demonstram que as IES públicas contratam mais professores em tempo integral do que as IES particulares: 75,2% no setor público contra apenas 17,7% no setor privado. Mais da metade dos professores das Instituições privadas se caracterizam como docentes horistas. As Universidades Federais são as que mais contratam professores em tempo integral, 84,3%. As Universidades Municipais apresentam quase o mesmo número de docentes em tempo parcial, integral e horistas.

Tabela 9. Número Total de Funções Docentes (Em Exercício e Afastados), em 30/6, por Organização Acadêmica e Regime de Trabalho – Brasil – 2007

ORG. ACAD. E CAT. ADMINISTRATIVA	FUNÇÕES DOCENTES				% TEMPO INTEGRAL
	TOTAL	TEMPO INTEGRAL	TEMPO PARCIAL	HORISTA	
Total Geral	334.688	125.818	68.647	140.223	37,60%
Público	115.865	87.147	19.803	8.915	75,20%
Federal	63.302	53.413	8.500	1.389	84,40%
Estadual	44.346	31.781	9.361	3.204	71,70%
Municipal	8.217	1.953	1.942	4.322	23,80%
Privada	218.823	38.671	48.844	131.308	17,70%
Universidades	178.128	100.483	37.133	40.512	56,40%
Públicas	102.241	79.651	17.337	5.253	77,90%
Federal	56.833	47.888	7.657	1.288	84,30%
Estadual	41.202	30.296	8.507	2.399	73,50%
Municipal	4.206	1.467	1.173	1.566	34,90%
Privada	75.887	20.832	19.796	35.259	27,50%
C.Universitários	35.523	7.559	8.271	19.693	21,30%

Municipal	611	140	64	407	22,90%
Privada	34.912	7.419	8.207	19.286	21,30%
Fac., Esc., Institutos	108.043	11.937	21.793	74.313	11,00%
Pública	6.030	2.031	1.548	2.451	33,70%
Federal	390	362	28	-	92,80%
Estadual	2.240	1.323	815	102	59,10%
Municipal	3.400	346	705	2.349	10,20%
Privada	102.013	9.906	20.245	71.862	9,70%
CET/FAT	12.994	5.839	1.450	5.705	44,90%
Público	6.983	5.325	854	804	76,30%
Federal	6.079	5.163	815	101	84,90%
Estadual	904	162	39	703	17,90%
Privada	6.011	514	596	4.901	8,60%

Fonte: MEC/INEP. Censo da Educação Superior

A tabela 10 apresenta o número de docentes em exercício e afastados de acordo com a formação dos professores. A média geral do Brasil demonstra que o percentual de docentes com titulação de doutor é baixo, apenas 23%. Há inclusive 103 docentes *sem* graduação.

Tabela 10. Número Total de Funções Docentes (Em Exercício e Afastados), em 30/6, por Organização Acadêmica e Grau de Formação – Brasil – 2007

Org. Acad. e Cat. Administrativa	Funções Docentes						% Doutores	% Mestres	% Espec, Graduados	% Mestres e Doutores
	Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado				
Total Geral	334.688	103	38.573	99.104	120.348	76.560	23%	36%	41%	59%
Público	115.865	25	14.097	18.576	33.497	49.670	43%	29%	28%	72%
Federal	63.302	14	9.198	6.195	17.440	30.455	48%	28%	24%	76%
Estadual	44.346	11	4.302	9.374	12.770	17.889	40%	29%	31%	69%
Municipal	8.217	-	597	3.007	3.287	1.326	16%	40%	44%	56%
Privada	218.823	78	24.476	80.528	86.851	26.890	12%	40%	48%	52%
Universidades	178.128	26	21.950	35.386	59.202	61.564	35%	33%	32%	68%
Públicas	102.241	14	12.487	13.946	28.244	47.550	47%	28%	26%	74%
Federal	56.833	3	8.266	4.367	14.832	29.365	52%	26%	22%	78%
Estadual	41.202	11	3.889	8.316	11.607	17.379	42%	28%	30%	70%
Municipal	4.206	-	332	1.263	1.805	806	19%	43%	38%	62%
Privada	75.887	12	9.463	21.440	30.958	14.014	18%	41%	41%	59%
C.Universitários	35.523	4	4.126	11.908	15.079	4.406	12%	42%	45%	55%
Municipal	611	-	30	126	316	139	23%	52%	26%	74%
Privada	34.912	4	4.096	11.782	14.763	4.267	12%	42%	45%	55%
Fac., Esc., Institutos	108.043	18	10.639	46.922	41.180	9.284	9%	38%	53%	47%
Pública	6.030	-	439	2.534	2.067	990	16%	34%	49%	51%
Privada	102.013	18	10.200	44.388	39.113	8.294	8%	38%	54%	46%
CET/FAT	12.994	55	1.858	4.888	4.887	1.306	10%	38%	52%	48%
Público	6.983	11	1.141	1.970	2.870	991	14%	41%	45%	55%
Federal	6.079	11	924	1.810	2.475	859	14%	41%	45%	55%
Estadual	904	-	217	160	395	132	15%	44%	42%	58%
Privada	6.011	44	717	2.918	2.017	315	5%	34%	61%	39%

A Tabela 11 classifica o número de docentes nos programas de Mestrado e Doutorado segundo a organização acadêmica e a formação. Nos cursos de pós-graduação, ao contrário do observado anteriormente, o número de professores com curso de doutorado é muito maior, quase *todos* os professores apresentam título de doutor (99%).

Tabela 11 . N° de Docentes nos programas de Mestrado e Doutorado (sem dupla contagem ¹), segundo a organização acadêmica e a categoria administrativa – Brasil - 2008

Org. Acad. e Cat. Administrativa	N° de Instituições com Mestr/Dout	Programas de Mestrado e Doutorado								
		N° Total de Docentes			Permanente			Visitante/Colaborador		
		Total (T)	Doutores (D)	% (D)/(T)	Total (T)	Doutores (D)	% (D)/(T)	Total (T)	Doutores (D)	% (D)/(T)
Total Geral	318	46.214	45.759	99,0	37.214	37.113	99,7	11.070	11.058	99,9
Público	150	38.827	38.592	99,4	31.106	31.042	99,8	9.645	9.636	99,9
Federal	81	24.305	24.165	99,4	19.521	19.474	99,8	6.106	6.104	100,0
Estadual	62	14.253	14.165	99,4	11.357	11.340	99,9	3.497	3.490	99,8
Municipal	7	269	262	97,4	228	228	100,0	42	42	100,0
Privada	168	7.387	7.167	97,0	6.108	6.071	99,4	1.425	1.422	99,8
Universidades	194	42.154	41.858	99,3	34.095	34.021	99,8	9.972	9.961	99,9
Públicas	110	36.604	36.426	99,5	29.445	29.394	99,8	8.943	8.934	99,9
Federal	56	22.604	22.500	99,5	18.224	18.188	99,8	5.569	5.567	100,0
Estadual	48	13.745	13.677	99,5	11.004	10.989	99,9	3.335	3.328	99,8
Municipal	6	255	249	97,6	217	217	100,0	39	39	100,0
Privada	84	5.550	5.432	97,9	4.650	4.627	99,5	1.029	1.027	99,8
C.Universitários	34	634	597	94,2	516	513	99,4	117	117	100,0
Municipal	1	14	13	92,9	11	11	100,0	3	3	100,0
Privada	33	620	584	94,2	505	502	99,4	114	114	100,0
Centros, Esc., Institutos	90	3.426	3.304	96,4	2.603	2.579	99,1	981	980	99,9
Pública	39	2.209	2.153	97,5	1.650	1.637	99,2	699	699	100,0
Federal	25	1.701	1.665	97,9	1.297	1.286	99,2	537	537	100,0
Estadual	14	508	488	96,1	353	351	99,4	162	162	100,0
Privada	51	1.217	1.151	94,6	953	942	98,8	282	281	99,6

Fonte: Capes. Cursos avaliados em 2007 e reconhecidos em 2008 . Tabulação do Observatório Universitário

Nota: ¹ Um docente pode pertencer a mais de um programa dentro da Instituição

1.4 - Principais Universidades Brasileiras, pelas Avaliações e Rankings oficiais

Concluamos, certamente, que alguma coisa está fora da ordem ao analisar os Conceitos Finais e os conceitos das Dimensões relativas aos resultados das Avaliações Institucionais Externas, realizadas pelo INEP com a finalidade precípua de recredenciamento das universidades brasileiras. Para isto, observemos a tabela abaixo, que contradiz as outras tabelas descritivas e que acima registramos, na busca de descrever o parque universitário brasileiro ao longo de dimensões distintas. Nesta, aprendemos que, para o INEP/CONAES, nenhuma das grandes universidades federais, algumas delas equivalentes a boas universidades internacionais, se equipara, em termos de resultados das avaliações realizadas, às irmãs particulares.

Tabela 12. Universidades Federais - conceito final da Avaliação Externa, por Dimensão e IGC⁵

Nº	UNIVERSIDADES FEDERAIS	CONCEITO FINAL	DIMENSÕES ⁶										IGC
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	4	3	4	3	3	4	4	4	2	3	2	5
2	Universidade Federal de São Carlos - UFSCar	4	4	4	4	2	4	4	4	2	4	4	4
3	Universidade Federal do Paraná - UFPR	4	3	4	3	3	4	4	3	3	3	3	4
4	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	4	2	4	4	3	4	3	4	4	3	4	5
5	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	4	4	4	5	4	4	4	4	4	5	5	4
6	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	4	3	5	5	4	3	4	5	5	3	4	4
7	Universidade Federal de Uberlândia - UFU	4	4	5	4	3	5	3	3	3	4	4	4
8	Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE	4	3	4	3	4	3	3	4	3	3	4	3
9	Fundação Universidade Federal de Viçosa - UFV	4	1	5	5	2	5	4	5	2	3	4	5
10	Universidade Federal da Bahia - UFBA	4	3	4	4	3	4	3	2	2	3	3	4
11	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ	4	4	5	4	3	4	4	2	3	4	3	4
12	Universidade Federal de São João Del Rei	4	4	4	5	5	4	4	4	4	4	5	4
13	Universidade Federal do Piauí - UFPI	3	2	3	4	2	4	3	4	2	4	4	3
14	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	3	4	3	3	2	3	4	3	2	3	3	4
15	Universidade Federal de Lavras - UFA	3	3	4	3	2	4	3	2	2	3	3	5
16	Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT	3	3	3	4	3	3	4	3	3	3	3	3
17	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	3	2	3	4	2	4	4	3	2	4	4	4
18	Universidade Federal de Sergipe - UFS	3	3	3	3	2	4	3	3	3	3	3	3

⁵ Instituições de Educação Superior Federais que aguardam Avaliação Externa: Universidade Federal de Roraima; Fundação Universidade Federal da Grande Dourados; Fundação Universidade Federal do Tocantins; Universidade Federal de Goiás; Universidade Federal de Juiz de Fora; Universidade Federal do Amazonas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro;

⁶ I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

19	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	3	2	4	4	3	3	3	3	1	2	3	4
20	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	3	2	3	4	2	4	2	2	2	3	4	5
21	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	3	2	3	3	2	3	3	2	3	2	2	3
22	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	3	3	4	3	2	3	3	3	3	2	3	4
23	Universidade Federal do Pará - UFPA	3	2	3	2	2	3	4	3	2	3	2	3
24	Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA	2	2	2	2	1	2	3	2	1	1	3	3
25	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	2	2	2	2	2	3	3	2	2	2	2	4

Fonte: Relatórios de Avaliação Externa (Sistema Sapiens e e-MEC)

Tabela 13. Universidades Privadas, conceito final da Avaliação Externa, por Dimensão e IGC⁷

Nº	INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADAS	CONCEITO FINAL	DIMENSÕES										IGC
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ	5	5	5	5	5	5	5	5	4	4	5	4
2	Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5	5	3
3	Universidade Presbiteriana Mackenzie - MACKENZIE	5	4	5	4	4	4	4	3	5	5	4	4
4	Pontifícia Universidade Católica do Paraná- PUC/PR	5	4	5	5	4	5	5	4	4	5	3	3
5	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG	4	5	4	5	5	3	4	5	4	4	4	4
6	Universidade São Francisco - USF	4	4	4	3	4	5	4	4	5	5	3	3
7	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI	4	5	3	5	5	2	4	3	5	4	5	3
8	Universidade Camilo Castelo Branco - UniCastelo	4	4	3	4	3	4	3	3	4	3	4	3
9	Universidade de Franca - UNIFRAN	4	3	4	3	3	3	3	4	4	4	4	3
10	Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ	4	3	4	4	3	4	3	3	3	3	3	3
11	Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP	4	4	4	4	3	3	4	4	4	4	3	3
12	Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	4	4	4	5	4	4	3	5	4	4	3	4
13	Universidade Veiga de Almeida - UVA	4	4	4	5	4	5	3	3	4	3	5	3
14	Universidade do Grande ABC - UniABC	4	4	4	3	3	3	3	4	4	4	5	2
15	Universidade de Passo Fundo - UPF	4	4	4	4	5	3	4	5	4	3	3	3
16	Universidade Metodista de São Paulo - UMESP	4	2	4	4	3	3	3	4	4	4	3	3
17	Universidade Paulista – UNIP	4	4	4	5	3	3	4	4	4	3	4	3
18	Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC/Campinas	4	3	4	3	4	2	4	4	4	3	4	3
19	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS	4	3	3	4	4	5	3	4	4	3	3	4
20	Universidade Tiradentes - UNIT	3	4	3	5	4	2	4	4	4	4	4	3
21	Universidade Bandeirantes - UNIBAN	3	3	3	4	2	2	2	3	2	1	3	3
22	Universidade Potiguar - UnP	3	4	2	3	4	3	4	3	4	3	5	3
23	Universidade de Uberaba - UNIUBE	3	2	3	4	3	2	3	4	3	4	4	3
24	Universidade Severino Sombra - USS	3	2	2	3	3	2	3	4	3	3	4	3
25	Universidade Do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy - UNIGRANRIO	3	2	2	3	3	3	3	2	3	3	3	3
26	Universidade Católica de Salvador - UCSal	3	3	3	4	3	4	3	3	3	2	3	3
27	Universidade Católica Don Bosco - UCDB	3	3	3	4	4	2	3	4	3	3	3	3
28	Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP	3	3	2	4	4	2	3	4	3	3	3	3

⁷ Instituições de Educação Superior Privadas que aguardam Avaliação Externa: Universidade Candido Mendes; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Universidade Castelo Branco; Universidade Católica de Santos; Universidade de Itaúna; Universidade de Santa Cruz do Sul; Universidade do Vale do Sapucaí e Universidade Santa Cecília

29	Universidade do Norte da Paraná - UNOPAR	3	3	3	3	4	3	3	4	4	3	4	3
30	Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP	3	3	3	4	3	3	4	5	3	4	3	3
31	Universidade Anhanguera UNIDERP	3	3	2	4	4	2	4	4	4	4	3	3
32	Universidade Anhembi Morumbi - UAM	3	3	3	3	3	3	3	4	3	3	3	3
33	Universidade Católica de Goiás - UCG	3	3	3	5	4	2	3	4	3	3	3	3
34	Universidade de Sorocaba - UNISO	3	3	4	3	3	3	3	4	3	2	3	3
35	Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE	3	3	3	4	4	3	4	3	4	4	4	3
36	Universidade Paranaense - UNIPAR	3	3	3	4	3	3	3	3	3	3	3	3
37	Universidade Vale do Rio Doce	3	3	3	5	3	2	3	4	3	4	3	3
38	Universidade do Sagrado Coração - USC	3	3	2	4	3	3	3	4	3	3	4	3
39	Universidade São Judas Tadeu -USJT	3	2	2	4	2	3	2	3	2	3	2	3
40	Universidade Estácio de Sá - UNESA	3	3	3	3	4	3	4	4	4	3	4	3
41	Universidade Católica de Petrópolis - UCP	3	3	4	4	3	3	3	3	4	3	3	3
42	Universidade de Santo Amaro - UNISA	3	3	3	5	3	3	3	4	3	3	3	2
43	Universidade de Cuiabá	3	3	3	4	4	2	3	3	3	4	4	2
44	Universidade da Amazônia	3	3	3	4	4	3	4	4	4	9	4	2
45	Universidade Braz Cubas	2	2	2	3	3	2	3	2	2	3	3	3
46	Universidade Ibirapuera	2	2	2	3	2	2	2	2	2	2	1	3
47	Universidade Cruz Alta	2	3	2	3	2	2	3	2	3	3	3	3

Fonte: Relatórios de Avaliação Externa (Sistema Sapiens e e-MEC)

1.5 – As principais universidades conforme a proporção entre estudantes de pós-graduação e de graduação, como referencial para a pesquisa institucionalizada

Indicador importante da existência da pesquisa institucionalizada pode ser buscado na proporção entre alunos na pós-graduação, mestrado e doutorados, e alunos na graduação. Quanto mais alta a presença de alunos na pós graduação, portanto mais alta a proporção destes sobre o total de alunos na graduação, mais consolidada seria a dedicação e a orientação da instituição acerca da atividade de pesquisa. Neste quesito, mais uma vez se atesta a diversidade do parque universitário brasileiro. Observa-se a presença de uma universidade, caso claramente desviante, a UNIFESP, que tem mais alunos de pós-graduação. As demais variam entre uma presença ponderável à presença nenhuma. Leia-se a listagem abaixo e seus possíveis pontos de corte.

NOME IES	MATRICULADOS		RAZÃO	
	GRADUAÇÃO (G)	MESTR+DOUT (POSG)	(POSG)/(G)*100	(G)/(POSG)
104,8 a 33,3				
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	2.322	2.433	104,8	1
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	14.830	7.663	51,7	1,9
UNIVERSIDADE EST. DO N. FLUM. DARCY RIBEIRO	1.686	664	39,4	2,5
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	49.774	19.405	39	2,6
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	2.859	1.002	35	2,9
33,3 a 11,3				
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	6.227	1.988	31,9	3,1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	21.526	6.173	28,7	3,5
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	28.328	7.450	26,3	3,8

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CAT.A DE SÃO PAULO	16.358	4.209	25,7	3,9
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	17.901	4.354	24,3	4,1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	22.336	4.991	22,3	4,5
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	18.494	4.009	21,7	4,6
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	8.947	1.910	21,3	4,7
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	32.204	6.627	20,6	4,9
PONTIFÍCIA UNIVERSID.CAT. DO RIO DE JANEIRO	11.458	2.123	18,5	5,4
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	22.121	3.940	17,8	5,6
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	2.087	360	17,2	5,8
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	1.012	158	15,6	6,4
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNG. MINEIRO	896	134	15	6,7
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	18.553	2.541	13,7	7,3
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	20.879	2.764	13,2	7,6
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	21.415	2.813	13,1	7,6
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	20.696	2.681	13	7,7
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	22.286	2.846	12,8	7,8
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	11.370	1.426	12,5	8
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	4.977	623	12,5	8
UNIVERSIDADE FEDER. RIO GRANDE DO NORTE	19.045	2.236	11,7	8,5
UNIVERSIDADE FEDEREAL DA PARAIBA	16.464	1.920	11,7	8,6
UNIVERSIDADE FEDER. RUR. DO RIO DE JANEIRO	7.091	823	11,6	8,6
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	14.012	1.576	11,2	8,9
UNIVERSIDADE FEDERAL RUR. DE PERNAMBUCO	6.966	779	11,2	8,9
11 a 3.33				
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	12.676	1.314	10,4	9,6
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	7.976	822	10,3	9,7
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	9.221	942	10,2	9,8
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	1.785	182	10,2	9,8
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	13.332	1.233	9,2	10,8
UNIVERSIDADE RURAL DO SEMI-ARIDO	1.438	132	9,2	10,9
UNIVERSIDADE FED. DO EST. DO RIO DE JANEIRO	5.247	446	8,5	11,8
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	13.723	1.131	8,2	12,1
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	12.576	1.004	8	12,5
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FED. DO RIO GRANDE	6.379	509	8	12,5
UNIVERSIDADE FED. RUR. RECÔNCAVO DA BAHIA	1.363	108	7,9	12,6
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	26.669	1.750	6,6	15,2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	10.669	678	6,4	15,7
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	32.092	2.024	6,3	15,9
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	15.286	942	6,2	16,2
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	14.624	869	5,9	16,8

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	12.000	705	5,9	17
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	3.029	175	5,8	17,3
UNIVERSIDADE FEDERAL DO M GROSSO DO SUL	12.326	659	5,3	18,7
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO	12.827	636	5	20,2
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	8.874	417	4,7	21,3
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	6.171	292	4,7	21,1
UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS	2.343	101	4,3	23,2
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	13.777	553	4	24,9
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	11.501	427	3,7	26,9
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CAT. DO PARANÁ	21.930	795	3,6	27,6
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	13.883	499	3,6	27,8
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	25.908	886	3,4	29,2
UNIVERSIDADE DE SALVADOR	7.392	251	3,4	29,5
UNIVERSIDADE TECNOL. FEDERAL DO PARANÁ	11.794	393	3,3	30
PONTIFÍCIA UNIVERSID. CAT. DE MINAS GERAIS	30.834	952	3,1	32,4
3.33 a 1.1				
UNIVERSIDADE MUNIC. DE SÃO CAET. DO SUL	6.050	187	3,1	32,4
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	11.583	349	3	33,2
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	10.092	304	3	33,2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	3.785	112	3	33,8
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	14.633	422	2,9	34,7
UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	16.022	439	2,7	36,5
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	8.235	220	2,7	37,4
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	22.395	593	2,6	37,8
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	11.466	294	2,6	39
UNIVERSIDADE EST. DE FEIRA DE SANTANA	10.765	276	2,6	39
UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	12.240	302	2,5	40,5
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	9.905	239	2,4	41,4
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	6.071	148	2,4	41
UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	15.710	358	2,3	43,9
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	8.648	201	2,3	43
UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	8.288	189	2,3	43,9
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	7.139	154	2,2	46,4
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	6.228	140	2,2	44,5
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	3.058	66	2,2	46,3
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	1.779	39	2,2	45,6
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	29.113	597	2,1	48,8
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI	2.154	46	2,1	46,8
UNIVERSIDADE FED. VALE DO SÃO FRANCISCO	1.498	30	2	49,9
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	23.131	441	1,9	52,5
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	7.973	149	1,9	53,5
UNIVERSIDADE DE SÃO MARCO	7.794	143	1,8	54,5
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	7.948	141	1,8	56,4

UNIVERSIDADE SAGRADO CORAÇÃO	4.583	84	1,8	54,6
UNIVERSIDADE DE PASO FUNDO	15.652	264	1,7	59,3
UNIVERSIDADE REG. DO NORO. DO EST. DO RIO	10.042	167	1,7	60,1
UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	15.999	259	1,6	61,8
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	7.610	125	1,6	60,9
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS	3.971	65	1,6	61,1
UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNAMBUCO	12.253	184	1,5	66,6
UNIVERSIDADE DE FRANCA	9.311	142	1,5	65,6
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	9.159	139	1,5	65,9
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTE CARLOS	8.867	134	1,5	66,2
UNIVERSIDADE TUITI DO PARANÁ	8.476	130	1,5	65,2
UNIVERSIDADE EST. DO SUDOESTE DA BAHIA	7.496	111	1,5	67,5
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	22.599	290	1,3	77,9
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	9.969	132	1,3	75,5
UNIVERSIDADE DE SOROCABA	8.602	109	1,3	78,9
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	19.033	227	1,2	83,8
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	23.729	266	1,1	89,2
UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	9.298	106	1,1	87,7
UNIVERSIDADE POSITIVO	8.804	93	1,1	94,7
abaixo de 1,1				
UNIVERSIDADE GAMA FILHO	14.564	142	1	102,6
UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO	11.604	108	0,9	107,4
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	8.299	75	0,9	110,7
UNIVERSIDADE REG. INTEG. DO ALTO URUGUAI	13.062	111	0,8	117,7
UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	12.431	104	0,8	119,5
UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	12.112	101	0,8	119,9
UNIVERSIDADE DE MARÍLIA	7.984	63	0,8	126,7
UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA	3.526	29	0,8	121,6
UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	43.620	284	0,7	153,6
UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	30.798	213	0,7	144,6
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	23.813	168	0,7	141,7
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CAT. DE CAMPINAS	18.558	138	0,7	134,5
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA	14.524	96	0,7	151,3
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	13.111	88	0,7	149
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE	8.352	62	0,7	134,7
UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	22.160	122	0,6	181,6
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR	14.090	86	0,6	163,8
UNIVERSIDADE FUMEC MG	13.538	83	0,6	163,1
UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	13.091	83	0,6	157,7
UNIVERSIDADE DO VALE DOS RIOS VERDES	6.066	39	0,6	155,5
UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	20.810	98	0,5	212,3
UNIVERSIDADE POTIGUAR	18.283	84	0,5	217,7
UNIVERSIDADE DE GUARULHOS	15.036	81	0,5	185,6
UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	14.463	72	0,5	200,9
UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELANO	10.858	56	0,5	193,9
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	10.112	49	0,5	206,4

UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO	8.180	41	0,5	199,5
UNIGRANRIO	21.743	86	0,4	252,8
UNIVERSIDADE PARANAENSE	19.361	84	0,4	230,5
UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	14.739	62	0,4	237,7
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	11.254	40	0,4	281,4
UNIVERSIDADE COMUNIT. DA REG. DO CHAPECÓ	7.389	30	0,4	246,3
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	21.364	58	0,3	368,3
UNIVERSIDADE TIRADENTES	17.927	53	0,3	338,2
UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	12.354	37	0,3	333,9
UNIVERSIDADE DE UBERABA	13.244	34	0,3	389,5
UNIVERSIDADE BRAZ CUBAS	10.750	32	0,3	335,9
UNIVERSIDADE DO IBIRAPUERA	12.005	31	0,3	387,3
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOCE	5.751	20	0,3	287,6
UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	4.685	14	0,3	334,6
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	116.959	279	0,2	419,2
UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	47.853	73	0,2	655,5
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	25.607	50	0,2	512,1
UNIVERSIDADE EST. DO RIO GRANDE DO NORTE	10.095	25	0,2	403,8
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	5.482	13	0,2	421,7
UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	84.398	117	0,1	721,4
UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO	69.074	99	0,1	697,7
UNIVERSIDADE DO NORTE DO PARANÁ	10.030	15	0,1	668,7
UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO	11.152	13	0,1	857,8
UNIVERSIDADE PAULISTA	145.498	127	0,1	1.145,70
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	-	107	-	-
UNIVERSIDADE ANHANGUERA		66	-	0
UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAET. DO SUL		43	-	0
Totais globais	2.435.680	138.338		

1.6 - A diferença entre universidades em perspectiva comparada: alternativas e soluções taxionômicas e regulatórias.

A diferenciação do sistema de ensino superior tem sido necessária na maioria dos países, sejam europeus, asiáticos ou americanos. O caso dos Estados Unidos aparece como emblemático; logo após a segunda guerra, quando começaram as políticas de incentivo à educação superior e à massificação do ensino⁸ a questão fundamental que se colocava era a

⁸ Para mais sobre o assunto ver: GRAHAM Hugh, D. & DIAMOND, Nancy. **The rise of American research universities** The John Hopkins University Press, London, 1997.

⁷ O autor Philip G. Altbach trata, em diversos textos, da questão das universidades de pesquisa. Segundo o autor, a diferenciação dos sistemas educacionais é pré-requisito para a conformação de Universidades de Pesquisa: “(...) Research universities constitute part of a differentiated academic system – na arrangement of postsecondary institutions with varied roles in society and different funding patterns. Countries without such differentiated systems find it difficult to support research universities, which are always expensive to maintain and require recognition of their specialized and complex academic role”. Trecho extraído de: Altbach, Philip G. **Tradition and transition-The international Imperative in Higher Education**. Sense Publishers, Boston, 2007.

impossibilidade de matricular grande número de alunos em instituições consideradas de pesquisa intensiva.

As universidades de pesquisa são vitais e imprescindíveis para as sociedades, entretanto, também são altamente dispendiosas e demandam, não apenas dinheiro, mas tempo e enorme dedicação dos profissionais envolvidos seja no processo de pesquisa, de ensino ou administrativo⁹. No modelo norte-americano, é financeiramente **impossível**¹⁰ que todos os 18 milhões¹¹ de matriculados em IES no ano de 2007 encontrem-se matriculados em IES com programas de pesquisa amplamente desenvolvidos e tradicionais. O ensino superior norte-americano não é realizado fundamentalmente nas universidades de pesquisa tradicionais, como Harvard, Berkeley, Stanford, Yale. Em 2007, dos 18 milhões de estudantes matriculados, apenas 20% estavam em instituições de ensino superior consideradas de pesquisa intensiva. A tabela 14¹² aponta ainda que quase 40% dos alunos encontram-se em cursos que ofertam diplomas de dois anos.

Tabela 14. Matriculados em 2007 nas IES norte-americanas por tipo institucional

Tipo institucional	Número de Instituições	Total de matriculados	% Total de matriculados
Total de todos os tipos institucionais	4.339	18.248.128	100%
Total instituições públicas	1.682	13.490.780	74%
Universidade de pesquisa muito intensiva\1\	63	1.958.392	10,7%
Universidade de pesquisa intensiva\2\	75	1.421.682	7,8%
Com pesquisa doutoral\3\	27	381.309	2,1%
Mestrado \4\	264	2.531.979	13,9%
Bacharelado\5\	177	795.513	4,4%
Foco especial\6\	47	77.786	0,4%
2-anos	1.029	6.324.119	34,7%
Instituições sem fins lucrativos	1.621	3.571.150	19,6%
Universidade de pesquisa muito intensiva\1\	33	483.670	2,7%
Universidade de pesquisa intensiva\2\	27	303.612	1,7%
Com pesquisa doutoral\3\	45	324.909	1,8%
Mestrado\4\	343	1.307.936	7,2%

⁸ Além da dificuldade financeira imposta pelas universidades de pesquisa, podemos citar outros dois grandes desafios propostos pelos estudiosos de ensino superior: qual o nexa entre ensino e pesquisa? Será que, de fato, ensino e pesquisa quando caminham juntos beneficiam os estudantes? E segundo, qual o objetivo dos estudantes ao ingressarem em uma universidade? Será que se busca, ou deseja-se uma formação mais completa, formação de um indivíduo crítico como proposto por Humboldt? Para mais sobre a questão do nexa ver os textos de Marsh, Herbert & Hattie, John. **The Relation Between Research Productivity and Teaching Effectiveness: Complementary, Antagonistic, or Independent Constructs?** In: The Journal of Higher Education - Volume 73, Number 5, September/October 2002, pp. 603-641.

⁹ Informação extraída de: <http://nces.ed.gov/> acesso em 30/09/2009: “(...)Between 1997 and 2007, enrollment increased at a faster rate (26 percent), from 14.5 million to 18.2 million...”

¹⁰ Dados extraídos do portal: http://nces.ed.gov/programs/digest/2008menu_tables.asp. Acesso em 01/10/2009. Tabulação do Observatório Universitário.

Bacharelado\5\	533	791.958	4,3%
Foco especial\6\	549	325.579	1,8%
2-anos	91	33.486	0,2%
Instituições com fins lucrativos	1.036	1.186.198	6,5%
4-anos	488	925.873	5,1%
2-anos	548	260.325	1,4%

Legenda: \1\Universidade de pesquisa com atividade de pesquisa muito alta.

\2\Universidade de pesquisa com atividade de pesquisa alta.

\3\Instituições que conferem pelo menos 20 diplomas de doutorado por ano, mas que não apresentam atividade de pesquisa elevada.

\4\Instituições que conferem, pelo menos, 50 diplomas de mestre por ano.

\5\Instituições que enfatizam primordialmente o ensino de graduação.

\6\ Instituições de quatro anos que conferem diplomas primordialmente em um único campo de estudos, como medicina, economia, artes e engenharia. Inclui algumas instituições que apresentam programas de 4 anos, mas que não reportaram dados suficientes para identificar a categoria do programa. Também inclui instituições classificadas pelo sistema IPEDS como de 4 anos, mas que foram classificadas pela Carnegie como instituições de dois anos, pois conferem principalmente "associate's degrees".

Fonte: *Digest of education statistics 2008*. Disponível em: http://nces.ed.gov/programs/digest/2008menu_tables.asp

Tabulação Observatório Universitário

Dos 18 milhões de matriculados em 2007, quase 13% (ou três milhões) estavam em cursos de pós-graduação (graduate).

Tabela 15. Matrículas nas IES norte-americanas em 2007 segundo tipo de diploma

	Matriculados	%
Todos os tipos de diploma	18.248.128	100%
Graduação	15.603.771	85,5%
Pós-graduação	2.293.593	12,6%
Primeiro profissional	350.764	1,9%

Fonte: *Digest of education statistics 2008*. Disponível em: http://nces.ed.gov/programs/digest/2008menu_tables.asp

Tabulações Observatório Universitário

Conseqüência disto é a grande flexibilização nos critérios para acreditação de títulos universitários nos Estados Unidos. Se o modelo institucional norte-americano já é diversificado, pois conta com os Community Colleges, bem como, com o crescente setor privado com fins lucrativos, o fato de uma universidade poder ser considerada como universidade de graduação introduz uma complexidade ainda maior ao sistema. Isto é dizer que as universidades podem ter missões distintas, podem se especializar em pesquisa, ou em ensino, ou nos dois. Os critérios da Carnegie Foundation¹³ ilustram perfeitamente o argumento, segundo a classificação, as IES norte-americanas podem ser enquadradas em nada menos do que 32 categorias¹⁴.

O exemplo dos EUA é apenas um dentre muitos. A China também pode ser citada como exemplo de diferenciação institucional relevante. Ainda que nos últimos anos o governo

¹³ Para mais sobre as categorias da Carnegie Foundation acessar:

<http://www.carnegiefoundation.org/classifications/index.asp?key=791> acesso em 25/09/2009.

¹⁴ As categorias da Carnegie Mellon Foundation são separadas em seis grandes itens com subitens. São elas: (1) Faculdades Associadas, que se desdobram em 14 itens; (2) Universidades que conferem diplomas de doutor, sendo que esta categoria apresenta 3 subitens: Universidades de pesquisa (com atividade de pesquisa muito alta), Universidades de pesquisa (com média atividade de pesquisa) e Universidades de pesquisa/doutorais com alguma atividade de pesquisa; (3) Universidades e faculdades de mestrado, que também se desdobram em três sub itens, universidades e faculdades de mestrado com grande quantidade de programas, média quantidade e baixa; (4) faculdades de bacharelado, também com três subitens; (5) Instituições com foco especial, com nove subitens e, por fim: (6) faculdades tribais.

chinês tenha lançado diversos programas¹⁵ de fortalecimento das universidades públicas com pesquisa avançada, o país também tem buscado diferenciar suas IES. O número de instituições nos moldes das Community Colleges, que podem ofertar diplomas de 2 anos, vem crescendo rapidamente. Criou-se também um modelo de “*second-tier colleges*”, isto é, faculdades independentes, mas que estão inseridas nas universidades. Atualmente, um dos critérios para a acreditação de títulos universitários na China, é a exigência de que os alunos matriculados na pós-graduação devem corresponder à metade dos alunos matriculados na graduação¹⁶.

O grande investimento do governo chinês¹⁷ nas 20 universidades consideradas de pesquisa intensiva trouxe algumas questões estratégicas para o país. Wei Yu demonstra que as pesquisas científicas no país estão: “*getting more and more expensive, and not all of the universities can afford it*”¹⁸. Com isto o governo criou novas categorias que incentivem as universidades a realizarem “*inquiry leaning*”, isto é se dedicarem ao ensino de graduação, garantindo sempre a inserção da instituição no debate científico, mas sem a realização da chamada “ciência básica”.

Nos últimos anos a Inglaterra também sofreu amplo processo de alterações em seu sistema. O modelo inglês caracterizava-se pela existência de uma linha binária que separava as IES consideradas universidades das outras instituições. Este marco divisor, fixado pelo governo, introduzia critérios muito rígidos para a acreditação de títulos universitários, além disto, diferenciava as instituições universitárias atribuindo critérios valorativos. Alguns autores, como Bahram Bekhradnia (2003), argumentam que uma das razões para a construção do prestígio desfrutado pelas universidades inglesas pode ter sido o forte controle do Estado, que garantia o padrão de excelência das IES.

Entretanto, mesmo a Inglaterra que demonstra este histórico de intervenção estatal e regulação sobre o ensino superior, promoveu amplo debate sobre uma possível e necessária reestruturação do setor no país, debate este que culminou, em 1992 com a remoção da “*binary line*”. É importante atentar para o fato de que a Inglaterra já vinha discutindo alterações para o sistema nos anos 90. Deste debate, além da remoção da “*binary line*” que permitiu que diversas IES se denominassem universidades¹⁹, o governo inglês introduziu também um novo modelo de financiamento para as universidades. Este novo modelo, denominado “*Funding Council Model of Governance*”, previa que o financiamento governamental também deveria se direcionar para aquelas instituições que enfocavam a integração do ensino com as demandas do mercado. Isto é, permitiu diminuir a influência das universidades de pesquisa aprofundando a diferenciação institucional, uma vez que as universidades não precisariam, necessariamente conduzir pesquisas para receber financiamento²⁰.

¹⁵ Dois principais programas podem ser mencionados: o *project 211* e o *project 985*. O primeiro, lançado em 1991, visava a criação de 100 Universidades até o início do século 21. Já o *project 985*, foi lançado no aniversário de 100 anos da Universidade de Pequim com a finalidade de criar universidades de classe mundial com o aumento de incentivos financeiros por parte do governo: “(...) Most of their initiatives are aimed at top universities to improve their research capability; most of their funding is spent on research-related activities...” (Liu, 2007). Para mais sobre o assunto ver: LIU, Nian Cai. “Research Universities in China”. Em: Altbach, G. Philip; Balán Jorge. *World Class Worldwide - Transforming Research Universities in Asia and Latin America*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2007.

¹⁶ Shi, Jinghuan. **The transformation of Quality Assurance in Higher education in China**. In: Bigalke, Terance & Neubauer, Deane. *Higher Education in Asia/Pacific*. Palgrave Macmillan, 2009.

¹⁷ De 1990 até 2002, os gastos com universidades passaram de pouco mais de 2 bilhões de Yuan para 24 bilhões de Yuan, isto representa um crescimento de 12 vezes. Em dólares, o governo chinês gastou em 2002, aproximadamente, 4 bilhões de dólares.

¹⁸ (YU, 2006, p.100)

¹⁹ O autor Ted Tapper demonstra o mencionado: “(...) At a stroke of two sectors of higher education were incorporated within the same system of governance and, in a short space of time, nearly all higher education institutions labeled themselves as universities (although higher education programmes and courses were increasingly on offer in colleges of further education”. Tapper, Ted. **The Governance of British Higher Education – the struggle for policy control**. Springer Publisher, Oxford, 2007.

²⁰ “(...) Thus a key development within higher education since the introduction of the funding council model has been internalization of the principle that the universities should respond to social demands as defined by the government. (...) In their policy implementation role the

Atualmente existem 127 universidades na Inglaterra²¹. Para que sejam consideradas universidades, as IES precisam: matricular no mínimo 4.000 alunos em tempo integral e, pelo menos, 300 destes estudantes devem estar matriculados em: “degree-level courses”, cobrindo um número determinado de áreas minimamente requeridas, isto é: cursos que conferem diplomas. A partir de 2004 o critério que definia que para receber o título de universidade as instituições deveriam conferir diplomas de doutorado, deixou de existir: “(...)an institution may become a university without securing power to award research degrees...”²².

A narrativa desta seção tem o objetivo de evidenciar que a diversidade institucional é indispensável à adequada divisão social do trabalho institucional entre diferentes tipos de instituições de ensino superior. Um sistema complexo de ensino superior, como aquele em processo de constituição no Brasil, requer complementaridade entre diversos tipos de instituições de ensino superior, o que permite a especialização institucional, o atendimento a públicos e demandas diversificadas. Tendo em vista que a pesquisa científica é empreitada de altíssimo custo, que exige concentração de esforços e recursos, tanto materiais, quanto humanos, não é de se esperar que nenhum país, por mais rico que seja, consiga institucionalizar pesquisa científica de ponta em todas as suas instituições.

Não se pode, claro, prescrever, de antemão, qual a percentagem de um sistema de ensino superior que poderá se dedicar à pesquisa intensiva. Tais aspectos se estruturam no tempo, atendendo a competências institucionais, a grupos de pesquisa institucionalizados, a lideranças acadêmicas constituídas em distintos temas, áreas ou disciplinas. A institucionalização da pesquisa é processo demorado.

Pela mesma razão pela qual não se consegue estabelecer uma proporção ideal de instituições dedicadas intensivamente à pesquisa, não há de ser razoável, determinar, de antemão, que todas as instituições devam se dedicar intensivamente à pesquisa. Que as instituições universitárias brasileiras sejam obrigadas a apresentar, até por força da Constituição e da LDB, um componente mínimo de pesquisa é fato perfeitamente compreensível e inescapável. Mas daí não decorre que todas elas venham a se caracterizar como universidades de pesquisa.

Não existe no planeta um país que contenha 183 universidades de pesquisa. Isto nos leva, naturalmente, a dilemas regulatórios.

2 - Conclusões preliminares, soluções recomendadas e dilemas regulatórios

Tendo em vista os dados das instituições universitárias brasileiras, bem como, o movimento internacional para a diferenciação dos sistemas de educação superior, cabe nos perguntar qual o papel da universidade no Brasil? Se outros países já constataram a *impossibilidade* de manter um sistema de ensino superior massificado, baseado apenas em instituições com pesquisa intensiva, parece irreal argumentar que no Brasil o sistema de educação superior deva estar baseado e ter como princípio fundador a pesquisa e não o ensino.

funding councils have devised a variety of schemes to encourage both widening participation and stronger industry-higher education links”. Tapper, 2007.

²¹Farrington, Dennis & Palfreyman, David. **The law of higher education**. Oxford, 2005.

²²Farrington, Dennis & Palfreyman, David. **The law of higher education**. Oxford, 2005.

A diferenciação institucional é algo necessário à expansão e a qualidade do ensino superior e deve ser não só considerada no momento de credenciamento, como estimulada. No Brasil de hoje, 54% de todos os estudantes superiores estudam em universidades.

Os dados apresentados neste texto evidenciaram a diversificação institucional do parque universitário brasileiro. Basta lembrar, por exemplo, que do total de universidades hoje existentes, 44% não cumprem o requisito, agora tomado como ponto de corte essencial para o credenciamento, naquilo que diz respeito à evidência de que exista produção institucionalizada do conhecimento, isto é, oferecer pelo menos um curso de doutorado e três de mestrado, reconhecidos pelo MEC. Se em vez de observarmos o número total de universidades brasileiras, conjunto que inclui as universidades estaduais e as municipais, sobre as quais o governo federal não tem mandato de supervisão, e focarmos a atenção nas particulares e nas federais, veremos que 59% das particulares e 15% das federais não cumprem o requisito.

O CNE deve providenciar solução desta situação agora na etapa de credenciamento, oferecendo às universidades particulares um prazo para solução da carência. Quanto às federais, instala-se um dilema. Como vimos argumentando ao longo do texto, o setor público é profundamente diferente do privado. Aqui, contudo, no efetivo mandato regulatório do CNE, ou mesmo do MEC, sobre as federais, reside substancial diferença e robusto problema: as universidades federais já nascem, por força de lei, com o direito ao título universitário e com direito às prerrogativas universitárias, independentemente do que venha a estabelecer o CNE, que, efetivamente, tem nenhum poder regulatório sobre tais entidades.

Continuemos a observar a diversidade institucional entre universidades.

Tomando por base critérios classificatórios internacionais, devidamente climatizados para os trópicos, existiria na Brasil um pequeno número de universidades de pesquisa. Dependendo do critério e do ponto de corte escolhidos, uma pequena percentagem do total de universidades brasileiras poderia ser adequadamente classificada como universidades de pesquisa:

- a) Tomando por base os critérios da Fundação Carnegie, seriam 30, mais 19 doutorais;
- b) Seguindo o modelo de João Steiner, as de pesquisa e doutorais seriam 45;
- c) Conforme as notas 5, 6 e 7 da CAPES, seriam 11 as de pesquisa;
- d) Conforme as notas 6 e 7 da CAPES, seriam 5 as de pesquisa;
- e) Segundo a abrangência das áreas de conhecimento, seriam 16 as de pesquisa;
- f) Conforme o percentual de doutores em regime integral, seriam 30;
- g) Conforme a percentagem de alunos de pós, poderiam ser no máximo 14 as de pesquisa;
- h) Segundo o AIE e o IGC o número seria francamente desconhecido.

E, se estamos tratando de credenciamento, é inescapável a conclusão de que, ou bem adotamos um ponto de corte baixo, para a regra de permanência, o que num certo sentido aviltaria a relevância acadêmica, a pertinência institucional e a trajetória histórica das grandes e verdadeiras universidades de pesquisa brasileiras, ou adotamos um ponto de corte alto, o que inviabilizaria a concessão do selo universitário a grande parte do atual parque universitário.

A análise a partir destes dois ângulos resulta num dilema regulatório.

É preciso decidir, de um lado, se o selo universitário resulta apenas e diretamente da norma constitucional abstrata. Se assim for, por exemplo, poder-se-ia prescindir de

mensurações adicionais para identificar a presença de uma universidade, apenas se contentando em buscar a evidência de algum traço, ainda que pequeno, de pesquisa institucionalizada, para se concluir pela existência de uma universidade.

De outro, poderia o regulador apenas se contentar com as expressões aritméticas inscritas na LDB, um terço disso ou daquilo, para verificar e documentar a existência de uma universidade.

Nos dois casos, poderia o regulador acabar tendo às mãos universidades, no limite, compostas por um único e solitário laboratório de pesquisas e por um terço exclusivo de mestres em tempo integral. Estaria obedecido o espírito da Constituição? Ou não estaria? Reside aqui, claro, uma questão fundamental: doutrinas e espíritos são seres avessos a mensurações, sua manifestação se dá apenas pela presença de qualquer quantidade de doutrina ou de espírito. Não obstante, o dilema regulatório requer alguma medida de bom senso, que bem permita discriminar de maneira adequada, qualitativa e quantitativamente, de qual tipo de instituição estamos a tratar.

Observa-se, a partir dos dados apresentados, que as universidades brasileiras já compõem um leque de grande diferenciação institucional. Ainda que a lei defina exigências fixas, comuns a todas aquelas que se denominam universidades, as instituições buscaram, ou quem sabe tiveram que buscar, soluções distintas para atender às mesmas demandas regulatórias e responder aos desafios da missão institucional a que se propuseram. Algumas universidades brasileiras podem hoje ser caracterizadas **como intensivas em pesquisa**, ao passo que outras mantêm um pequeno componente de pesquisa, talvez, exclusivamente para fins de manutenção do selo universitário, caracterizando-se como **Universidades intensivas em ensino de graduação**.

Esta diferenciação é natural, instituições com objetivos, missões e recursos financeiros distintos tenderão a apresentar estruturas também distintas. Desde o ponto de vista regulatório, seria razoável estabelecer que a universidade que seja considerada como **intensiva em pesquisa** já tem sua missão e vocação consolidadas, devendo-se esperar, como recomendação regulatória acerca de seu futuro, que venha a manter ou aprofundar suas características de universidade que se tipifica como instituição de pesquisa.

Por outro lado, as que são intensivas em **ensino de graduação** que, essencialmente são as universidades mantidas pelo setor privado, precisarão ser analisadas à luz dessa característica essencial: o ensino de graduação de excepcional qualidade, associado, com certeza, à exploração de outras dimensões da vida universitária, tais como produção cultural e tratamento adequado dos grandes temas contemporâneos, dentre outros. À luz das peculiaridades e restrições de financiamento público à pesquisa nas instituições privadas, não se deve esperar que, à base exclusiva de mensalidades de alunos, estas venham a se transformar, no futuro, em universidades de pesquisa. **Devem, entretanto, comprovar a institucionalização de um componente de pesquisa institucionalizada capaz de superar os pontos de corte formais estabelecidos pelo aparato regulatório.**

Entre, ou ao lado, desses dois tipos de universidades brasileiras, **as intensivas em pesquisa e as intensivas em ensino de graduação**, identifica-se também, a partir dos dados descritivos, a existência de **universidades em processo de institucionalização da pesquisa intensiva** e a existência de **universidades sem qualquer tipo de pesquisa institucionalizada**.

Do ponto de vista regulatório, as universidades em processo de institucionalização da atividade intensiva de pesquisa, talvez devam ser estimuladas, tanto financeiramente, quanto em termo de eventuais prêmios regulatórios, a consolidar seu perfil de universidade de pesquisa. Já aquelas sem qualquer tipo de pesquisa institucionalizada devem ser alvo tanto de termos de compromisso, com limites temporais, para que demonstrem sua capacidade de atingir os pontos de corte regulatório, quanto, alternativamente, pode lhes ser oferecida a possibilidade de credenciamento em outro nicho institucional ao qual se qualifiquem, entendendo-se que este tipo de universidade sem qualquer componente de pesquisa institucionalizada deve ser entendido como um tipo em processo de extinção, por meio de uma das duas vias registradas neste parágrafo.

E, nisto de insistir no fato de que o público e o privado no Brasil constituem dois setores distintos, basta observar os dados apresentados, puramente descritivos, para que se conclua pelo óbvio: o setor público, desimportando aqui discutir as conhecidas razões para tal, é melhor que o privado no que se refere ao componente da pesquisa institucionalizada. Observamos, compilamos e concluímos, nada demais, ficando evidente a separação entre a natureza acadêmica do público e do privado, indicando a supremacia acadêmica do setor público em todos os aspectos. Mas as razões que explicam tal supremacia são essencialmente as mesmas razões que devem sugerir, impedir mesmo, que não se tente fazer com que as universidades privadas sejam forçosamente compelidas a adquirir a característica de universidades intensivas em pesquisa. A elas certamente cabe outro papel na concertação de um sistema diversificado e moderno de ensino superior no Brasil.

Entretanto, se assim diz a realidade fotografada pelos dados empíricos, refletida pelo imaginário brasileiro e, certamente por tudo que sabemos em nossas experiências de vida - a de que o setor público é academicamente superior ao privado-- outra coisa, essencialmente distinta, nos é informada pelos resultados da aplicação dos instrumentos usados para a Avaliação Institucional Externa das universidades brasileiras. São resultados oficiais que, como sabemos agora, tem maior significado regulatório do que educacional. E desde o ponto de vista das avaliações oficiais, colhidas a partir da aplicação do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, ao contrário do que mostram os números dos estudos acima descritos, o setor universitário privado é melhor que o setor universitário público.

Os dados aqui apresentados, contudo, indicaram que a descrição acurada e, quem sabe, a adequada taxionomia da diversidade institucional que caracteriza as universidades brasileiras, requer uma visão abrangente e múltipla, que só pode ser adequadamente obtida por meio do uso de múltiplos indicadores e, também e essencialmente, por uma mirada comparativa, tanto entre as próprias IES universitárias brasileiras, mas também dessas com os outros sistemas mundiais. Neste sentido, não se pode, muito menos se deve, tomar os resultados da Avaliação Institucional Externa, bem como do IGC, como critério satisfatório para o processo deliberativo acerca do credenciamento e do credenciamento universitário.

É através da descrição e da comparação que se adquire uma real compreensão do parque universitário brasileiro, levando, portanto, a uma classificação, ou tipologia universitária pertinente. Por esta razão mesmo, fica claro que a complexidade, bem como a natureza intrínseca das entidades, não pode, nem deve ser capturada, por um instrumento apenas, por um tipo exclusivo, de indicadores ou preferências e estipulações normativas estabelecidas ex ante. Neste sentido, por exemplo, o Instrumento de Avaliação Institucional Externa só pode mesmo oferecer uma visão parcial de cada universidade, uma vez que não se preocupa com o sistema na sua totalidade e, muito menos, traz em si uma visão comparativa,

tomando cada entidade como um absoluto em si mesma, cuja natureza seria capturada por dez dimensões, muitas das quais exclusivamente escoradas em análises documentais, papéis, regimentos, aspirações, planos e projetos. Registre-se, ademais, que o instrumento mencionado presta nenhuma atenção à trajetória institucional de cada instituição, tomando a cada uma delas num incompreensível vácuo de história institucional.

A Avaliação Institucional Externa desconhece qualquer evidência de processo, de trajetória e, muito menos, toma conhecimento de qualquer dimensão relativa ao produto, output, da vida universitária. É uma fotografia estática e, francamente, incompleta. Já o IGC, por sua vez, apresentaria uma preocupação comparativa, mas efetivaria esta comparação por meio de uma pontuação contínua que simplesmente desconhece a natureza distintiva das várias modalidades institucionais existentes. Ao enfileirá-las num contínuo de pontos, só faz borrar aquilo que daria sentido a cada categoria distinta, ou tipo de instituição, perdendo-se, com isso, a compreensibilidade e, portanto, o significado das diferentes famílias de instituições. Isto não importa dizer que tais mensurações e tais instrumentos de ranking não tenham validade nenhuma. Tem alguma validade sim, mas apenas alguma, assim como os demais conjuntos de dados e indicadores que apresentamos ao longo da primeira parte. A descrição e, portanto, a decorrente prescrição normativa que dela se queira extrair, das universidades brasileiras, requer informação complexa e diversa.

3 – Credenciamento/recredenciamento, entrada/permanência, recomendações/diretrizes ao processo deliberativo do CNE.

3.1 - A entrada de universidades no sistema federal de ensino

Do ponto de vista legal, a regulamentação do art. 207 da CF estabeleceu, no caput do art 52 da LDB, que as Universidades teriam cinco atribuições, senão vejamos:

“Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares [1] de formação dos quadros profissionais de nível superior, [2] de pesquisa, [3] de extensão e [4] de domínio e [5] cultivo do saber humano, que se caracterizam por” uma condição abrangente (inciso I) e duas condições aritméticas (incisos II e III), como se observa:

“I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.”

Em complemento, a Lei estabeleceu, no Art. 88, § 2º, o prazo de oito anos, vencido em **23/12/2004**, para comprimento das duas últimas condições, enquanto estamos convivendo com a ausência de critério substantivo para o Inciso I.

No intuito de esclarecer o significado do que constituiria a condição abrangente “produção intelectual institucionalizada” o CNE estabeleceu, na Resolução n.º 2, de 7/04/1998, *indicadores para comprovar a produção intelectual institucionalizada, para fins de credenciamento, nos termos do Art. 46 do Art. 52, inciso I, da Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996*, norma que ainda permanece, por ausência de manifestação ministerial, referente à

decisão por unanimidade desta CES no Parecer CNE/CES nº 148/2007, devolvido a esta Casa, para reexame.

“Art. 2º A produção intelectual institucionalizada será comprovada:

a) por três cursos ou programas de pós-graduação stricto sensu, avaliados positivamente pela CAPES e/ou

b) pela realização sistemática de pesquisas que envolvam:

I - pelo menos 15% do corpo docente;

II - pelo menos metade dos doutores;

III - pelo menos três grupos definidos com linhas de pesquisa explicitadas.

§ 1º No caso da alínea “b” do presente artigo, a produção intelectual institucionalizada será comprovada por intermédio dos seguintes indicadores:

I - participação dos docentes da instituição em congressos, exposições, reuniões científicas nacionais ou internacionais, e, especialmente, nos congressos nacionais da respectiva área com apresentação de trabalhos registrada nos respectivos anais;

II - publicação dos resultados dos trabalhos de investigação em livros ou revistas indexadas ou que tenham conselho editorial externo composto por especialistas reconhecidos na área;

III - desenvolvimento de intercâmbio institucional sistemático através da participação de seus docentes em cursos de pós-graduação, troca de professores visitantes ou envolvimento em pesquisas interinstitucionais;

IV - desenvolvimento de programas de iniciação científica, envolvendo estudantes dos cursos de graduação correspondentes às temáticas investigadas.”

Posteriormente, durante o processo recente de deliberação sobre o credenciamento de novas universidades, o CNE entendeu que a regra, embora vigente, caiu em desuso, não mais refletindo adequadamente a realidade acadêmica e institucional brasileira, e, por isso, deveria ser requerida das novas universidades a existência de pelo menos um curso de doutorado e três cursos de mestrado. Tal exigência baseou-se no entendimento de que fora esta a preferência formal e expressa do MEC para estabelecer um ponto de corte que distinguisse as universidades das outras instituições não universitárias, ao enviar, formalmente, ao Congresso, com mensagem presidencial, o seu Projeto de Reforma Universitária - PL 7200/2006, no qual se lê que:

“Art. 12. Classificam-se como universidades as instituições de ensino superior que atendam aos seguintes requisitos mínimos:

*I - estrutura pluridisciplinar, com oferta regular, em diferentes campos do saber, de pelo menos dezesseis cursos de graduação ou de pós-graduação **stricto sensu**, todos reconhecidos e com avaliação positiva pelas instâncias competentes, sendo, pelo menos, oito cursos de graduação, **três cursos de mestrado e um curso de doutorado; sic***

II - programas institucionais de extensão nos campos do saber abrangidos pela instituição;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva, majoritariamente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

IV - metade do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, sendo pelo menos metade destes doutores; e

V - indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (grifos nossos)

Dessa forma, a Pesquisa, para fins do inciso I, seguindo a lógica do mencionado Projeto de Lei, deverá ser verificada pela presença de, no mínimo, **3 (três) cursos de Mestrado e 1 (um) de Doutorado**, condição não alcançada, até a elaboração deste, por 48 (quarenta e oito) Universidades Privadas; 19 (dezenove) Estaduais, 7 (sete) Federais e 3 (três) Municipais.

De outra forma, importa frisar que, nesse recorte, e do total das 183²³ Universidades Brasileiras, o referido estudo identificou que 103 Universidades, ou seja, 56,3%, alcançaram esse patamar em 2008, conforme levantamento constante do quadro abaixo.

Tabela 16. Universidades com pelo menos três mestrados e um doutorado

Categoria Administrativa	Cumprem em 2001 *		Total	Cumprem em 2006 *		Total	Cumprem em 2008 *		Total
	Não	Sim		Não	Sim		Não	Sim	
Federal	6	33	39	10	43	53	8	47	55
	15,38%	84,62%	100,00%	18,87%	81,13%	100,00%	14,55%	85,45%	100,00%
Estadual	23	7	30	20	13	33	18	17	35
	76,67%	23,33%	100,00%	60,61%	39,39%	100,00%	51,43%	48,57%	100,00%
Municipal	2	0	2	3	2	5	3	3	6
	100,00%	0,00%	100,00%	60,00%	40,00%	100,00%	50,00%	50,00%	100,00%
Privada	73	12	85	58	28	86	51	36	87
	85,88%	14,12%	100,00%	67,44%	32,56%	100,00%	58,62%	41,38%	100,00%
Total	104	52	156	91	86	177	80	103	183
	66,67%	33,33%	100,00%	51,41%	48,59%	100,00%	43,70%	56,30%	100,00%
	* Sistema CAPES; dados sem data			* Aval. Trienal 2004; dados de dez/2006			* Aval. Trienal 2007, dados de out/2008		

Elaboração: Observatório Universitário /Databrasil Ensino e Pesquisa. Fonte: Capes/MEC

Questão mais urgente parece ser o caso das Universidades a seguir, que não possuíam, sequer, um único mestrado recomendado pela Capes:

Tabela 17. IES sem mestrado recomendado pela Capes

Nº	INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	Avaliação Externa	IGC
1	Universidade do Tocantins - (UNITINS)*	-	-
2	Universidade Estadual de Alagoas - (UNEAL)	-	2
3	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - (UNCISAL)	-	2
4	Universidade Estadual de Londrina - (UEL)	-	4
5	Universidade Estadual do Piauí - (UESPI)	-	2
6	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - (UERGS)	-	4
7	Universidade Virtual do Estado do Maranhão - (UNIVIMA)	-	-
8	Universidade Federal do Pampa - (UNIPAMPA)	-	-
9	Universidade da Região da Campanha - (URCAMP)	-	3
10	Universidade de Cruz Alta - (UNICRUZ)*	2	3
11	Universidade de Cuiabá - (UNIC); Universidade de Itaúna (UI)*	-	2
12	Universidade do Vale do Sapucaí - (UNIVAS)	-	3
13	Universidade Iguazu - (UNIG)*	-	2
14	Universidade Presidente Antônio Carlos - (UNIPAC)*	-	3

²³ Registre-se que duas novas Universidades passaram a compor o cadastro do INEP, sendo: a **Faculdade Municipal de Palhoça, SC**, Pública municipal, criada de forma peculiar na categoria acadêmica de **Universidade Especializada** pela Lei Municipal nº 2.182, de 25/10/2005, reconhecida pela Resolução nº 46, de 29-04-2008, do CEE-SC, pelo prazo de 2 anos. No SIEDSUP, identificamos a oferta de dois cursos - Administração, autorizado e Pedagogia. A segunda é a **Universidade Virtual do Estado do Maranhão**, Pública estadual, criada pela Resolução do CEE/MA, de 21/01/2008, reconhecida pela Resolução CEE/MA nº 24/01/2008, pelo prazo de 3 anos. No SIEDSUP, identificamos apenas um curso, o de Matemática, Licenciatura, autorizado.

15	Universidade Santa Cecília - (UNISANTA)*	-	3
16	Universidade Castelo Branco - (UCB)*	-	3
17	Universidade do Grande ABC - (UNIABC)*	4	2
18	Universidade Santa Úrsula - (USU)*	-	2

Fonte: Sistemas e-MEC e SAPIENS. Referentes às IES integrantes dos Grupos I, II, III, IV e V, cujos relatórios foram disponibilizados pelo INEP, até 31-08-09.

*Esta informação foi igualmente indicada às fls 15, onde se relacionam as IES que não oferecem pelo menos 1 (um) curso de doutorado e 3 (três) mestrados.

A Tabela abaixo apresenta o total de universidades que não apresentam cursos de doutorado. Vale ressaltar que atualmente o total de instituições com o selo de Universidade soma 183²⁴ IES. A lista abaixo aponta que 74 instituições, de 183, não contam com nenhum curso de doutorado.

Tabela 18. Lista de Universidades sem nenhum curso de doutorado

Nº	Nome IES	Sigla
1	Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT
2	Universidade Estadual de Goiás	UEG
3	Universidade Estadual do Maranhão	UEMA
4	Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF
5	Universidade Potiguar	UNP
6	Universidade Tiradentes	UNIT-SE
7	Universidade de Uberaba	UNIUBE
8	Universidade do Estado de Minas Gerais	UEMG
9	Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL
10	Universidade Ibirapuera	UNIB
11	Universidade Municipal de São Caetano do Sul	IMES/USCS
12	Universidade São marcos	UNIMARCO/USM
13	Universidade Severino Sombra	USS
14	Universidade Vale do Rio Doce	UNIVALE
15	Universidade Norte do Paraná	UNOPAR
16	Universidade de Rio Verde	FESURV
17	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS
18	Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA
19	Universidade Regional do Cariri	URCA
20	Universidade do Estado do Pará	UEPa
21	Universidade Braz Cubas	UBC
22	Universidade Camilo Castelo Branco	UNICASTELO
23	Universidade Católica de Petrópolis	UCP/RJ
24	Universidade Fumec MG	FUMEC
25	Universidade Comunitária Regional de Chapecó	UNOCHAPECÓ
26	Universidade do Contestado	UNC
27	Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC
28	Universidade do Planalto Catarinense	UNIPLAC
29	Universidade Estadual da Paraíba	UEPB

²⁴ Ver nota de pé de página nº 17.

30	Fundacao Universidade Federal do Tocantins	UFT
31	Universidade Estadual De Montes Claros	UNIMONTES
32	Universidade Federal de São João Del Rei	UFSJ
33	Fundação Universidade Federal de Roraima	UFRR
34	Universidade Federal do Acre	UFAC
35	Universidade Católica de Santos	UNISANTOS
36	Universidade Católica Dom Bosco	UCDB
37	Universidade de Marília	UNIMAR
38	Universidade do Grande Rio - Prof Jose de Souza Herdy	UNIGRANRIO
39	Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO
40	Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte	UERN
41	Universidade da Amazônia	UNAMA
42	Universidade Anhembi Morumbi	UAM
43	Universidade Cidade de São Paulo	UNICID
44	Universidade de Santo Amaro	UNISA
45	Universidade do Oeste Paulista	UNOESTE
46	Universidade Federal dos Vales do Jequití. E Mucuri	UFVJM
47	Universidade José do Rosário Vellano	UNIFENAS
48	Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO
49	Universidade São Judas Tadeu	USJT
50	Universidade Vale do Rio Verde	UNINCOR
51	Universidade Veiga de Almeida	UVA/RJ
52	Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE
53	Universidade Paranaense	UNIPAR
54	Universidade Regional do Nor. do Est. do R. Grande do Sul	UNIJUÍ
55	Universidade Anhanguera	UNIDERP
56	Universidade de Cuiabá	UNIC
57	Universidade Estadual de Alagoas	UNEAL
58	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas	UNCISAL
59	Universidade Estadual do Piauí	UESPI
60	Universidade Virtual do Estado do Maranhão	UNIVIMA
61	Universidade do Tocantins	UNITINS
62	Universidade Castelo Branco	UCB
63	Universidade de Itaúna	UI
64	Universidade do Grande ABC	UniABC
65	Universidade do Vale do Sapucaí	UNIVÁS
66	Universidade Iguaçú	UNIG
67	Universidade Presidente Antônio Carlos	UNIPAC
68	Universidade Santa Cecília	UNISANTA
69	Universidade Santa Úrsula	USU
70	Universidade da Região da Campanha	URCAMP
71	Universidade de Cruz Alta	UNICRUZ
72	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	UERGS
73	Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA
74	Universidade Estadual de Roraima	UERR

3.2 - O credenciamento

O credenciamento de universidades é um ato peculiar, porque as universidades de pesquisa, além de serem essencialmente públicas, se materializam na pós-graduação, não na graduação. Assim a universidade brasileira contém a graduação profissional, que dá conta de uma de suas missões, mas também contém a pós-graduação, de natureza mais disciplinar, que dá conta de outra de suas missões, fazendo com que a indissociabilidade prevista na constituição deva ser buscada na IES como um todo e não em cada um de seus cursos, como insiste em fazer o aparato avaliativo, por meio de seus instrumentos, ditames, desconhecendo que a **missão profissional** é distinta da **missão de pesquisa**, embora devam se complementar na mesma unidade. Insistir no foco de que a pesquisa está embutida na própria formação profissional, em cada curso, não seria um passo razoável na análise do que constitui uma universidade, embora este seja o foco do instrumental do INEP.

Neste sentido, na primeira rodada de credenciamento das universidades seria necessário e possível, instituir um **ponto de corte** (como a existência de três mestrados e um doutorado), combinado com parâmetros de avaliação na graduação, com critérios mínimos que as universidades que as universidades devam atender, para fins de serem admitidas no processo deliberativo de credenciamento no CNE. Como critérios adicionais ao ponto de corte o CNE fará uso de um conjunto de informações, a saber, nossa base de dados construída a partir de dados da CAPES e do Censo Educacional, os resultados da Avaliação Institucional Externa - AIE, os rankings governamentais, conhecidos como IGC/CPC, bem como os resultados discretos de exames, tais como ENADE, informações sobre os reconhecimentos de cursos.

Esse ponto de corte demonstrou-se necessário, embora não suficiente, uma vez que buscamos reconhecer a diversidade institucional e outras dimensões importantes para além da condução ou não de pesquisas. Nesse caso, os processos de avaliação e de regulação devem observar meios diversificados de convencimento, tais como: a trajetória institucional, a existência de atividades culturais relevantes, a dedicação aos grandes temas da sociedade contemporânea, carreira docente efetivamente implantada, entre outros.

Outra questão a ser considerada é a carreira docente: ela precisa ser adequadamente prevista, mas entendendo que a pós-graduação se faz praticamente de maneira integral - de TI - enquanto a graduação precisa conter modulações que contemplem um adequado mix de regimes docentes, principalmente nas privadas. Na prática, - e considerando-se o foco no ensino - os dados da **Tabela 9** já evidenciam certa harmonia nos regimes de trabalho das Universidades Privadas, onde se observam 27,5% de Professores em Tempo Integral e 26,1% de Tempo Parcial, com preponderante atuação no Regime Horista, 46,5%, o que pode e deve ser interpretado com uma adequação destas à sua missão. Da mesma forma, o percentual de 84,3 de TI nas IFES igualmente demonstra uma adequação à sua missão.

Note-se, neste sentido, que as públicas tendem a se organizar em torno de carreiras docentes em regime TI, mesmo que todos os docentes não se dediquem exclusivamente à pesquisa, quanto as privadas tendem a se organizar em torno de carreiras em regime horista e parcial, fazendo com que o regime integral seja mais fortemente associado à pós-graduação e à pesquisa.